



CÁCERES - MT

Professor Licenciado em Pedagogia

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura: compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos	1
As condições de produção de um texto e as marcas composicionais de gêneros textuais diversos.....	7
Variedades linguísticas.....	18
Linguagem formal e informal da escrita padrão, oralidade e escrita.....	19
Significação das palavras: sinonímia, antonímia, denotação e conotação	20
pontuação.....	22
As classes de palavras e suas flexões. Emprego de adjetivos, pronomes, advérbios, conjunções e preposições	26
Estrutura e formação das palavras.....	47
Períodos compostos por coordenação e subordinação	48
Emprego de modos e tempos verbais.....	53
concordâncias verbal e nominal	53
regências verbal e nominal.....	55
colocação pronominal.....	58
Coesão e coerência textual	59
argumentação.....	61
Exercícios	63
Gabarito.....	78

INFORMÁTICA BÁSICA

Hardware: Conceitos básicos; Periféricos; Meios de armazenamento de dados; Processadores	1
Software: Conceitos básicos	6
Códigos maliciosos (Malware) e ferramentas de proteção (Antimalware)	7
MS Windows 10.....	11
Editores de textos: LibreOffice Writer 7.5.9 e MS Word 2016	22
Planilhas eletrônicas: LibreOffice Calc 7.5.9 e MS Excel 2016.....	38

SUMÁRIO



Internet: Conceitos básicos e segurança da informação; Navegadores: Microsoft Edge 121.0.2277.83, Mozilla Firefox 122.0, Google Chrome 121.0.6167.86	52
Conceito e uso de e-mail	59
Busca na web	62
Exercícios	65
Gabarito	72

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Lei Orgânica Municipal de Cáceres/MT (atualizada até a Emenda nº 50, de 14/08/2023): Título I – Disposições Preliminares, Capítulo I – Do Município e Capítulo II – Da Competência; Título II – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Executivo e Capítulo III – Dos Servidores Públicos Municipais	1
Lei Complementar nº 25, de 27/11/1997: Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres-MT (atualizada até a Lei Complementar nº 196, de 29/12/2022): Título I – Das Disposições Preliminares; Título II – Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição; Título III – Do Sistema da Carreira; Título IV – Do Regime Disciplinar, Capítulo I – Dos Deveres e Capítulo II – Das Proibições	14

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Especial/Inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental	1
Pesquisa em educação	2
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): BNCC como norte para os currículos dos sistemas de ensino e redes, bem como para as propostas pedagógicas das escolas; A Educação Infantil; Ensino de Linguagens; Ensino de Matemática; Ensino de Ciências da Natureza; Ensino de Ciências Humanas	14
Alfabetização e Letramento: conceitos, relações e processos pedagógicos	71
O jogo e a brincadeira na escola	75
Currículo e cultura: Concepções críticas e não críticas de currículo; Valorização das diferenças individuais e o combate à desigualdade	84
Planos, programas e projetos educacionais	102
Organização do trabalho pedagógico: Gestão democrática nos sistemas de ensino e na escola	116
Planejamento: concepções, níveis e componentes	124
Projeto Político-Pedagógico (PPP): concepções, princípios e eixos norteadores	124
Avaliação educacional: Concepções, práticas e instrumentos para a avaliação da aprendizagem; Avaliação institucional; Avaliação de redes de ensino. Avaliação da escola e da aprendizagem	135
Exercícios	159
Gabarito	164

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.²

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.

¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

² <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT****TÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****CAPÍTULO I
DO MUNICÍPIO****IDENTIFICAÇÃO**

Art. 1º O Município de Cáceres, localizado na fronteira com o país vizinho da Bolívia, confrontando com Estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo vasta área do Pantanal Matogrossense, em união indissolúvel ao Estado de Mato Grosso e à República Federativa do Brasil, constituindo dentro do estado democrático de direito, em esfera do Governo local, objetiva, na sua área territorial e competência, o seu desenvolvimento, fundada na sua autonomia político-administrativo, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo seu poder por decisão dos munícipes pelos representantes eleitos nos termos desta Lei Orgânica, das Constituições Federal e Estadual.

Parágrafo único. A Ação Municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades sociais, promovendo o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminações.

Art. 2º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º São símbolos oficiais do município;

I - a Bandeira Municipal;

II - o Brasão; e

III - o Hino Municipal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 10/2003)

Art. 4º O Município tem sua sede na Cidade de Cáceres.

§ 1º O município de Cáceres - MT se compõe dos seguintes distritos;

I - Horizonte D'Oeste;

II - Santo Antonio do Caramujo; e

III - Vila Aparecida. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 10/2003)

IV - Nova Cáceres. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 33/2018)

Art. 5º Mantém-se o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados na forma de Lei Complementar Estadual, preservando-se a continuidade e a unidade históricocultural do ambiente urbano, com consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante Plebiscito.

CAPÍTULO II**DA COMPETÊNCIA****SEÇÃO I****DA COMPETÊNCIA PRIVADA**

Art. 6º Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito a seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;



Introdução

Na Constituição Brasileira de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Para assegurar que seja cumprida, foram criadas leis que garantem a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. Tais leis orientam os sistemas de ensino e garantem o acesso desta população ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

Desigualdade e diversidade

Crianças abandonadas nas ruas, restrita da cobertura escolar e, conseqüentemente, um grande número de analfabetos são alguns dos desafios que o Brasil ainda não conseguiu superar.

A desigualdade social é oriunda do fim da escravidão, quando um grande contingente de escravos foi morar nos grandes centros sem emprego e iletrados, com condições totalmente inadequadas de sobrevivência. Marginalizados pela elite europeizada, começou-se a se confundir no país, o significado de pobreza e delinquência. Dentro dessa massa marginal, estavam também, os portadores de deficiência.

A partir da década de 30, foram instituídas leis que separavam as crianças em instituições por suas características. Os delinquentes, os normais e os anormais.

Número de matriculados e anos de escolaridade

Durante os governos que sucederam, a preocupação comum sempre foi o número de alunos matriculados e o tempo de escolaridade. Apesar de todos os esforços, só atingimos números próximos da universalização escolar na década de 90, incluindo a população de portadores de deficiências.

Inclusão no Brasil

O acesso das crianças com deficiência a escola passou por muitas fases, sendo em um primeiro momento, delegadas a instituições especializadas no atendimento desse público, muitas vezes com viés assistencialista.

Mais tarde, crianças com deficiência começaram a ser aceitas em instituições de ensino regulares e a política vigente para elas era a integração que consistia em avaliar se o aluno especial conseguia ou não acompanhar a turma regular, sem nenhum tipo de apoio diferenciado, fosse ele estrutural, pedagógico ou um professor com formação específica. Aqueles que conseguiam acompanhar continuavam na escola comum e, aqueles que não, eram encaminhados para "instituições especiais", ou seja, segregados.

Então surgiram as turmas especiais dentro das escolas regulares que abrigavam os alunos com deficiência, ampliando a segregação.

Políticas de inclusão só passaram a ser adotadas a partir do início do século XXI, prevendo formação dos professores, adaptação do sistema de ensino e dos formatos de avaliação, além de adaptações estruturais da escola, para que os alunos com deficiência pudessem frequentar as salas regulares como todos os demais.

Panorama atual

Os Institutos Rodrigo Mendes e Unibanco com o apoio da Organização Todos pela Educação, do Centro Lemann de Sobral e do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) lançaram o Painel de Indicadores da Educação Especial. Os dados de 2019, 2020 e 2021 mostram que há um longo caminho a percorrer, para que o Brasil consiga levar a inclusão de fato a todas as crianças portadoras de deficiência.

Painel de Indicadores da Educação Especial

Indicadores	Média (19, 20 e 21)
Distorção série-idade	41% fora da série indicada
Professores: formação	5% sem formação específica*
Escolas	29% sem adaptações